



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

ROMA, ITÁLIA, 11 DE FEVEREIRO DE 1997

Agradeço, inicialmente, à Confindustria pela organização deste encontro, que possibilita o contato direto com o empresariado – que tenho sempre procurado manter em minhas viagens ao exterior, a fim de ressaltar as potencialidades do Brasil e as novas oportunidades de investimento no País. Quero registrar, igualmente, o reconhecimento do Governo brasileiro aos jornais Gazeta Mercantil e Il Sole 24 Ore pelo seu papel na organização do evento.

Não posso deixar de recordar que, no Brasil, a indústria italiana é sinônimo de qualidades como dinamismo, criatividade e flexibilidade. Temos em mente, também, a importância das pequenas e médias indústrias para o modelo de desenvolvimento industrial seguido pela Itália. Esses traços e qualidades da cultura empresarial italiana, levadas para o Brasil pelos tantos imigrantes que lá se estabeleceram, são um dos fatores que explicam a criação de uma importante base industrial no País.

Os representantes brasileiros que participam deste Seminário já tiveram a oportunidade de apresentar um quadro detalhado da conjuntura econômica brasileira e das perspectivas de investimentos no

País. Gostaria, no entanto, de reiterar alguns pontos que me parecem importantes.

O País está atravessando um momento particularmente positivo de sua história. E a imprensa internacional, na maior parte das vezes, tem a justa percepção desse fato. Em um "Rapporto" sobre o Brasil em sua edição de 17 de dezembro último, o *Il Sole 24 Ore* fazia a seguinte observação: "*Oggi non vi è chi non veda come il Brasile è cambiato*".

É verdade: o Brasil tem mudado muito, e para melhor. Somos uma democracia plenamente amadurecida. Desde 1993, a economia voltou a crescer de forma sustentada. Com o lançamento do Plano Real em 1994, teve início um processo bem sucedido de estabilização de nossa moeda. Estão em curso profundas reformas econômicas, que caracterizam uma verdadeira revolução, pacífica e silenciosa. Estamos, em suma, ingressando em uma nova era de crescimento sustentado e de prosperidade.

Nos últimos quatro anos, o Produto Interno Bruto apresentou taxas de crescimento anual na faixa de 3 a 6 %, e as previsões indicam que cresceremos de 4 a 5 % em 1997. Terminaremos o ano com um PIB em torno de 800 bilhões de dólares, com a expectativa de que esse valor chegue a 1 trilhão de dólares perto da virada do século.

O Brasil vem sabendo combinar crescimento econômico com estabilização monetária. No ano passado, pela primeira vez desde os anos 50, a inflação brasileira apresentou taxas inferiores a 10%. Em 1997, terá continuidade a trajetória descendente das taxas de inflação.

A abertura comercial é, talvez, um dos sinais mais evidentes do processo de reformas econômicas em curso. No início dos anos 90, as importações brasileiras situavam-se em uma faixa de 20-22 bilhões por ano. Em 1996, as compras no exterior foram superiores a 53 bilhões de dólares. A corrente de comércio ultrapassou, pela primeira vez em nossa história, a marca dos 100 bilhões de dólares.

A situação das contas externas é confortável. As reservas cambiais estão na faixa de 60 bilhões de dólares e continuam a aumentar. Uma parcela crescente dos déficits da balança de transações correntes vem sendo financiada de forma saudável, através do ingresso de investimen-

tos diretos, que atingiram a cifra recorde de 9 bilhões de dólares em 1996 e que, pelas previsões mais conservadoras, chegarão a pelo menos 12 bilhões de dólares adicionais em 1997.

A tranquilidade em relação às contas externas não significa, naturalmente, que o Governo não esteja atento à necessidade de incrementar o dinamismo de nossas exportações, inclusive a fim de garantir espaços para que tenha continuidade o processo de aumento das importações. Em 1996, as exportações cresceram 2,7%, cifra que consideramos insuficiente. O Governo está adotando medidas nessa área, voltadas à redução do chamado custo Brasil. A desoneração fiscal, os ganhos de produtividade e os investimentos em infra-estrutura são as formas que privilegiamos para aumentar a competitividade externa dos produtos brasileiros. Não consideramos a hipótese de alterar a atual política cambial. Não pretendemos voltar ao círculo vicioso desvalorização-inflação, que tão perversamente marcou nossa história recente.

Outra área vital no processo de reformas em curso é a das privatizações. No período 1991-96, o Programa Nacional de Desestatização do Governo federal arrecadou cerca de 18 bilhões de dólares, entre novas receitas e transferência de dívidas. Poderemos realizar, apenas em 1997, em outra projeção conservadora, vendas acima de 10 bilhões de dólares. No primeiro semestre deste ano, contamos privatizar a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das maiores empresas de mineração do mundo e a segunda mais importante estatal brasileira.

Por outro lado, teve início em 1996 uma nova fase do programa de desestatização, voltada à privatização de serviços públicos, como energia elétrica, ferrovias, rodovias, portos e telecomunicações. Até o final de 1998, teremos encaminhado a venda das grandes empresas do setor energético e de telecomunicações, cujo valor patrimonial é incomparavelmente superior ao que já obtivemos com o Programa Nacional de Desestatização. Esta modalidade também se estende aos governos estaduais, que têm seus próprios e importantes projetos de privatização.

A sociedade brasileira, porém, ainda tem de superar enormes desafios. Penso, em especial, na questão social.

Os altos índices de inflação ao longo da década de 1980 e princípio dos anos 90 agravaram os desequilíbrios históricos da distribuição da riqueza nacional.

É certo que a retomada do crescimento econômico e a estabilização monetária vêm contribuindo para melhorar as condições de vida das faixas mais pobres da população. Desde 1993, o número de brasileiros abaixo da linha de pobreza absoluta diminuiu em 13 milhões de pessoas. Nos próximos anos, um número crescente de brasileiros irá se incorporar aos mercados de consumo, ajudando a realimentar um círculo virtuoso entre crescimento econômico e diminuição da pobreza.

Mas o desafio permanece. A eliminação da pobreza dependerá de que se mantenha no longo prazo o ritmo seguro de crescimento e de estabilização. O Governo não descuidará, por outro lado, da importância de ações setoriais em educação, saúde pública, reforma agrária ou programas compensatórios de renda mínima.

Outros dois desafios aos quais gostaria de me referir rapidamente dizem respeito à velocidade do processo de reformas e à questão fiscal. Não é raro ouvir manifestações de insatisfação com a alegada demora na aprovação de reformas como a tributária, a previdenciária ou a administrativa, as quais são importantes do ponto de vista de modernização da ação do Estado e do equilíbrio de longo prazo das contas públicas.

A essas críticas, contraponho o argumento irrefutável de que a solidez do processo de reformas em curso decorre justamente do fato de que estamos avançando no contexto de regras democráticas. Queremos assegurar sempre o maior grau possível de apoio a mudanças que terão um impacto profundo para a sociedade. O debate e a busca de consensos são características intrínsecas da democracia. O resultado dessa forma de agir é que as reformas ganham em legitimidade, e diminuem, assim, os riscos de que possam ser revertidas.

Recordo, a propósito, o que ocorreu com o processo de privatizações no primeiro ano de meu governo. Não foram poucas as críticas de que o Governo estaria procedendo de forma demasiado lenta, sem a necessária prioridade política. Demonstramos que essas críticas eram equivocadas. Nossa preocupação maior era a de evitar decisões precipitadas,

que pudessem vir a prejudicar o amplo consenso em torno da conveniência de redimensionar o papel do Estado. Avancamos com cautela, mas sem perder a determinação. O resultado está aí: 1997 será um ano histórico para as privatizações.

Senhoras e senhores, a busca de parcerias externas é prioridade do Governo brasileiro. O aumento das correntes de comércio internacional e a atração de investimentos diretos são instrumentos essenciais para que o Brasil continue a crescer, a gerar empregos e a melhorar seus indicadores sociais.

A diplomacia econômica brasileira encontra-se empenhada em várias iniciativas. Desde 1º de janeiro de 1995, está em vigor a União Aduaneira do Mercosul, com a participação de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Trata-se de um mercado de cerca de 200 milhões de pessoas, com um PIB anual já na casa de um trilhão de dólares. A esse núcleo vamos agregando novos parceiros. O Chile e a Bolívia assinaram, em 1996, acordos de livre comércio com o Mercosul. Continuam em andamento negociações similares com outros países sul-americanos.

O Mercosul representa para o Brasil uma plataforma a partir da qual esperamos fortalecer nossos contatos com outras grandes áreas geoeconômicas. Em 1997, terão continuidade as negociações sobre a constituição de uma Área de Livre Comércio nas Américas, as quais deverão estar concluídas até o ano de 2005. Esperamos imprimir ao Acordo-Quadro de Cooperação Mercosul-União Européia, que prevê uma progressiva liberalização das trocas comerciais, um dinamismo semelhante ao que se verifica nas negociações da Alca. Em nosso encontro de amanhã, o Presidente do Conselho de Ministros, Romano Prodi, e eu deveremos tratar dessa questão. O Brasil valoriza o padrão geográfico equilibrado de suas parcerias econômicas externas.

Nesse contexto, temos sempre presente a importância das relações com a Itália, que tem sido o sexto mais importante comprador de produtos brasileiros e que se constitui em uma de nossas mais importantes fontes de investimentos diretos, em nível próximo ao de países como o Reino Unido ou a França.

Praticamente todos os principais grupos empresariais italianos fazem parte do panorama econômico brasileiro. Inúmeros produtos de fabricantes italianos instalados no Brasil estão incorporados ao cotidiano de nossos consumidores.

Doutor Fossa, Senhoras e senhores, agradeço mais uma vez a oportunidade de trazer esta mensagem de fé no futuro do Brasil e peço que vejam minha presença aqui na Confindustria não apenas como expressão do interesse brasileiro em aprofundar os laços econômicos e comerciais com a Itália, mas, igualmente, como um sinal de reconhecimento pela confiança já demonstrada no Brasil. Muito teremos a ganhar, mutuamente, com a renovação constante dessa parceria.